

RESENHA DO LIVRO HISTÓRIAS DE VIDA – VOLUME II

Felipe Vilson Serino*

AXT, Gunther (org). *Histórias de Vida v. 2*. Florianópolis: PGJ. CEAF, 2013.

Resenha:

A obra, elaborada pelo Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, através do “Programa de História Oral”, e organizada pelo Historiador Gunter Axt¹, é o segundo livro da série *Histórias de Vida* no qual foram coletados quinze depoimentos de membros que ingressaram no Ministério Público de Santa Catarina entre os anos 1950 e princípios dos anos 1970 e que, por meio de vivências diárias e uma vida de trabalho ajudaram a edificar a Instituição conhecida hoje.

As mais de 26 horas de gravação em áudio, transcritas para esta obra, com ex-Promotores e Procuradores de Justiça do Estado oferecem memórias pessoais que mostram as grandes transformações pelas quais passaram o Ministério Público catarinense. Este acervo de vivências, além de preservar a história Institucional do Ministério Público de Santa Catarina, promove ainda um debate em torno da identidade da Instituição. A obra conta com a apresentação do então Procurador-Geral de Justiça Lio Marcos Marin; Palavra da Coordenação do Memorial da Promotora de Justiça Helen Crystine Corrêa Sanches e Introdução do Historiador Gunter Axt.

O Programa de História Oral do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, por meio das entrevistas coletadas com membros inativos da Instituição, constitui um banco de história oral vultoso para futuras pesquisas e para a consolidação do Memorial. Com o objetivo de preservar e acessar a história da Instituição pela versão de indivíduos que ajudaram a construí-la, esta obra também é uma maneira de transmitir o sentido social da Instituição aqui observada, dialogando com a comunidade que a cerca – valorizando de forma singular o Patrimônio Histórico Cultural e preservando a memória Institucional. As memórias das gerações que compuseram o Ministério Público catarinense, registradas nesta obra, corroboram para que estas memórias alcancem as gerações que no futuro constituirão a Instituição. Ademais, as experiências aqui descritas compõem um rico quadro de histórias das mais diversas regiões do Estado de Santa Catarina, registrando o cotidiano das suas respectivas comarcas.

Na introdução, o organizador expõe que o interesse dos Historiadores com a história oral é adquirir diferentes percepções e representações do passado – não frases de efeitos ou informações bombásticas –, interessando-se, mormente, pela memória, lembranças e afetos dos entrevistados. É nessa esteira que o Programa de História Oral do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, por meio dessa coleção de histórias pessoais, procura “visualizar o mosaico colorido que o tecido

* Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ Doutor em História Social pela USP (2001), pós-doutor pelo CPDOC/FGV, pesquisador colaborador do Diversitas/USP e consultor no Ministério Público de Santa Catarina.

social engendra" (AXT, 2013, p.15). Destaca-se ainda o excessivo rigor técnico que o Historiador necessita para tal atividade.

Assim como no primeiro livro desta série, sublinha-se a precária infraestrutura nas comarcas do Estado, bem como as más condições de trabalho e a ausência de moradias dignas para os Promotores. Ressalta-se ainda, a dificuldade de deslocamento por conta da péssima condição da malha viária do Estado, a difícil comunicação com a capital, esta sendo possível apenas através do rádio de polícia ou telegramas e, ainda, as remoções e promoções feitas por intermédio de vínculos políticos. Os baixos salários eram complementados com a advocacia privada ou com o magistério básico, secundário ou superior. Evidencia-se ainda as melhores condições para o exercício da profissão nos dias atuais, resultado, sobretudo, das conquistas adquiridas pelo Ministério Público a partir da década de 1980.

Embora o Ministério Público venha tendo sua forma desenhada há séculos, foi a partir da década de 1980 que a Instituição começou a ganhar suas atribuições atuais. Conquistas e avanços como autonomia administrativa e financeira, bem como plano de carreira próprio, fizeram parte desse período importantíssimo para a consolidação da Instituição. Ademais, criou-se, ainda, a Corregedoria, o Conselho Superior e o Colégio de Procuradores. Por meio, sobretudo, das atribuições estabelecidas pela Constituição de 1988 estes direitos foram ampliados. Destarte, o Ministério Público ganhou autonomia com relação às outras instancias de poder. Além disso, tornou-se um guardião da cidadania, defendendo o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Os quinze Procuradores e Promotores entrevistados iniciaram sua trajetória no Ministério Público de Santa Catarina entre 1953 e 1972 e apenas um não se formou em Florianópolis, o que mostra a importância da faculdade de direito da capital – escusado dizer o regionalismo da Instituição. Devido às poucas opções de cursos oferecidos em Florianópolis, muitos dos entrevistados mostraram optar pelo direito não por vocação, mas sim como um modo de ascensão econômica. Os entrevistados são unânimes em relatar os sacrifícios inerentes ao exercício da profissão, sobretudo no interior do Estado, onde a carência de infraestrutura era recorrente. Na obra, as entrevistas estão organizadas na ordem a seguir:

Ruy Olympio de Oliveira foi Promotor nas comarcas de Orleans, Concórdia, Videira, São Joaquim, Campos Novos, Indaial, Porto União, Lages e Rio do Sul. Foi Corregedor-Geral do Ministério Público de Santa Catarina no período entre 1972 e 1976. Relata que os Promotores podiam sofrer ameaças da parte de políticos locais, o que denota o contexto da política oligárquica no qual estava inserido à época. Destaca, também, que por conta da forte colonização alemã no interior, as audiências precisavam ser feitas, muitas vezes, em alemão, pois nem todos dominavam o português. Ruy sublinha que como promotor não sentiu os impactos dos acontecimentos políticos de 1964 e 1968, a despeito de, segundo ele, identificar-se "ideologicamente com a revolução de 1964". O depoente veio para Florianópolis como Procurador, nomeado por antiguidade, onde foi o responsável pela instalação da Corregedoria-Geral.

Walmor Cardoso da Silva foi Promotor nas comarcas de Ituporanga, Biguaçu, São José, Porto União, Joaçaba, Criciúma e Florianópolis. Foi promovido a Procurador do Estado em 1979. O entrevistado relata que nas comarcas do litoral do Estado eram recorrentes ações de usucapião, conta que "certa vez, uma empresa do Rio de Janeiro requereu usucapião de uma área de um milhão de metros quadrados, nas dunas da Lagoa...". O depoente explica, também, suas funções quando exerceu o cargo de secretário do Procurador-Geral do Ministério Público – cargo hoje extinto.

Pedro Paulo Zappellini Schiefler foi Promotor nas comarcas de Braço do Norte, Laguna, Porto União e Tubarão, foi promovido a Procurador de Justiça em 1990. Em Laguna, conta o entrevistado, um colega foi preso pelas lideranças militares da região – pós 1964 –, acusado de ser de esquerda e que, posteriormente arrependeu-se de não tê-lo ajudado. Na comarca de Laguna, destaca a presença da corrente espírita kardecista e da Maçonaria, influenciando, de certa maneira nos júris.

Valdemiro Borini foi Promotor nas comarcas de Urussanga, Palhoça, Criciúma e Florianópolis, foi promovido a Procurador de Justiça em 1980. Conta que em 1958 foi convidado para assumir a Delegacia Regional de Polícia de Rio do Sul, conta, ainda, que o salário de Delegado na época era maior do que o de Promotor. Posteriormente, quando Promotor na comarca de Urussanga, se engajou na melhoria da cidade da qual diz ser a melhor comarca que atuou. Destaca o rumoroso caso da prisão e condenação do cantor Gilberto Gil em Florianópolis em 1976, mencionando sua repercussão nacional. Além disso, recorda o caso da mulher sem cabeça, que abalou a Capital em 1974.

Walberto Schmidt foi Promotor nas comarcas de Ibirama, Dionísio Cerqueira, Urussanga, Criciúma, Tubarão, Campos Novos, Araranguá e Joaçaba. Foi promovido Procurador de Justiça em 1971. Sublinha o grande respeito que descendentes de alemães tinham pelo Promotor, destaca, ainda, que os descendentes de Italianos eram muito mais emotivos nos júris e tendiam a concordar com a última fala. Em Criciúma, o entrevistado nota a grande quantidade de ações de acidentes de trabalho. Em 1979, ressalta o depoente, ficou à disposição do Ministério de Minas e Energia, administrando uma empresa do sistema Petrobrás, em Imbituba.

Arno Schmidt foi Promotor nas comarcas de Braço do Norte, Urubici, Campos Novos e Laguna, foi ainda Procurador Geral de Justiça e Corregedor Geral do Ministério Público. Relata as dificuldades em ser Promotor na sua terra natal (Braço do Norte), precisando, às vezes, denunciar conhecidos. Ressalta, ainda, a grande dificuldade de comunicação com a Procuradoria-Geral, destacando que os meios de comunicação eram praticamente inexistentes. Na comarca de Campos Novos, nota a alta incidência de criminalidade, necessitando andar sempre armado.

Nuno de Campos foi Promotor nas comarcas de Tangará, Orleans, Xanxerê, Tijucas e Florianópolis, foi promovido a Procurador de Justiça em 1984. Ressalta sua atuação na composição do código de menores de 1980. Destaca, ainda, sua atuação em acordos e conciliações principalmente na vara de menores. Nota, em seu depoimento, um caso interessante no interior de Tangará em 1960, quando ainda não havia a lei do divórcio. No entanto, apareceu na comarca um caso de desquite litigioso, no qual o Juiz aceitou o parecer como casamento inexistente e, seguindo o bom-senso, foi feito o primeiro divórcio do Brasil. Durante o período militar, o entrevistado destaca que o marido da prima de sua esposa foi preso na “Operação Barriga Verde” e que aventou visitá-lo na prisão mesmo sendo reprimido.

Darci Manoel Gonçalves foi Promotor nas comarcas de Tangará, Guaramirim, Turvo, Campos Novos e Rio do Sul, foi promovido a Procurador de justiça em 1988. Conta que remoções ou promoções, à época, envolviam, muitas vezes, alinhamento político. Sublinha seu envolvimento com o Rotary Club e a sua importância como espaço de confraternização na época. Já em Florianópolis, Darci atuou na Vara da Fazenda. Destaca, ainda, a boa relação da gestão Piazza com o Governador Pedro Ivo, e ressalta a forte oposição sofrida pelo então Procurador-Geral Hipólito Piazza.

Valdir Vieira foi Promotor nas comarcas de Bom Retiro, Pomerode, Urussanga, Taió, Dionísio Cerqueira, São Joaquim e Joinville, foi, ainda, promovido a Procurador de Justiça em 1989. Valdir conta que havia poucos processos nas comarcas de Bom Retiro e Pomerode, já em Urussanga, destaca sua intensa participação na área acidentária. Em 1971, Valdir assumiu a Secretaria-Geral do Ministério Público, permanecendo nesta função até o fim do mandato do Governador Colombo Salles. Nota a intensa participação na organização de concursos nessa época. Destaca, ainda, a grande dependência ao Executivo ou ao Judiciário na época e a pouca infraestrutura das comarcas pelas quais passou. Ressalta-se ainda, o evidente crescimento de problemas com drogas, principalmente a partir da década de 1980.

João Guedes da Fonseca Neto foi Promotor nas comarcas de Turvo, Bom Retiro, Braço do Norte, Araranguá, Tijucas e Rio do Sul. Ressalta que Turvo, assim como todas as comarcas do sul eram difíceis e violentas, conta, ainda, o caso do "doutorzinho" um trambiqueiro que cometia fraudes e furtos sendo morto por militares posteriormente. Sublinha que na época os Promotores eram tratados como subordinados dos Magistrados, o que ocasionava, de certa maneira, incômodos e desassossegos. Já na comarca de Araranguá, registra que os incêndios criminosos eram frequentes e que a população não tinha o hábito de pagar os impostos. João ainda relata a demasiada e brutal violência utilizada pelos policiais com os detentos, o que, segundo ele, o incomodava muito.

Vivaldo Domingos Bento foi Promotor nas comarcas de Imaruí, Imbituba, Braço do Norte, Videira, Araranguá e Concórdia. Ressalta a forte influência de famílias importantes na época, onde percebia certa pressão no júri. Destaca ainda a rivalidade entre PSD e UDN entre famílias tradicionais da cidade de Imaruí. Sublinha, ainda, que foi o primeiro Promotor das cidades de Imaruí e Imbituba, nas quais, segundo ele, existia pouca criminalidade, destaca que esta foi potencializada pela chegada das drogas.

André Mello Filho foi Promotor nas comarcas de Orleans, Tubarão, São João Batista, Orleans, Videira, Chapecó, Blumenau e Florianópolis, foi promovido a Procurador de Justiça em 1983. Conta a dificuldade, naquela época, em condenar um homem que tivesse matado sua mulher em defesa da suposta honra ofendida, sobretudo no oeste do Estado, no qual eram mais comuns os homicídios. Destaca ainda que o Promotor atuava muito mais na área da família, funcionando como uma espécie de conciliador. O entrevistado sublinha que as condições de trabalho naquela época eram "as mínimas possíveis", vivendo os Promotores, muitas vezes, de favores. Relata, por fim, que o Ministério Público de hoje deve muito àquela geração da qual fez parte, por conta das lutas que foram então travadas.

Luiz Fernando Sirydakakis foi Promotor nas comarcas de Laguna, Pomerode, Braço do Norte, Concórdia, Joaçaba, Chapecó e Florianópolis, foi promovido a Procurador de Justiça em 1991. Para o entrevistado, a violência a partir da década 1970 aumentou não apenas por conta da questão das drogas, mas também por conta do crescimento populacional e diminuição da qualidade da educação. Nota que o tamanho da comarca pode influenciar na decisão do júri, pois redes de amigos podem influenciar nas decisões. Conta, ainda, que se recusou a assinar um abaixo assinado contra o então Procurador-Geral Hipólito Piazza, o que, segundo ele, o prejudicou posteriormente na carreira.

Paulo Armando Ribeiro foi Promotor nas comarcas de Araranguá, Ponte Serrada, Mondaí, Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste, Ibirama, Biguaçu, Pailhoça, Brusque, Araranguá e Joaçaba, foi promovido a Procurador de Justiça em

1989. Em Florianópolis atuou na 1ª e 4ª Vara Criminal, bem como na 1ª Vara Cível; também coordenou o DECOM (que mais tarde evoluiu para o PROCON). Na entrevista, destaca como era pobre, em termos financeiros, o Ministério Público na época, afirmando, inclusive, que as dificuldades financeiras permaneceram por cerca de vinte anos, ressaltando como houve um aumento dos serviços prestados pelo órgão na atualidade. Sublinha a importância do contato que o promotor tem com a população no local em que exerce sua atividade.

Roque Silva Machado foi Promotor nas comarcas de São José, Pinhalzinho, São João Batista, Palmitos, Biguaçu, Mondaí, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Lages e Joinville. O entrevistado atuou como secretário na Procuradoria-Geral, função na qual tinha como principais atribuições prestar assessoria para o Procurador-Geral e atender às reivindicações dos membros do Ministério Público. Destaca também sua atuação com os processos, inicialmente na Área Cível, depois na área administrativa e nos mandados de segurança. Por fim, sublinha a grande revolução pela qual passou o Ministério Público, tanto pelo aumento de funcionários/membros quanto pelas atribuições ministeriais.

As narrativas adquiridas na presente obra compreendem as mais diferentes representações do passado, contadas através dos mais diversos prismas por aqueles que vivenciaram a Instituição de outrora. É nessa esteira que os relatos dos entrevistados nessa obra são analisados, ensejando, dessa forma, através da história oral, – comumente utilizada para a produção do conhecimento histórico –, a narrativa da história da Instituição.

A leitura da obra *Histórias de Vida – Volume II* iniciativa do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina ostenta os mais diversos depoimentos sobre a Instituição, coletados no âmbito do Programa de História Oral. Compondo um rico acervo de vivências capaz de mostrar, por meio de um enfoque pessoal, os afetos, experiências e os saberes dos membros que compuseram o Ministério Público catarinense. A obra, além de aproximar o leitor da Instituição, aborda aspectos da história do Estado de Santa Catarina. É uma leitura agradável e excitante para quem se interessa pela história das mais diversas regiões do Estado e pelas transformações pelas quais passaram Ministério Público catarinense em meados do século XX.